



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL
ZON MULTIMÉDIA – SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, SGPS, S.A.
27 de abril de 2012
("ZON Multimédia" ou "Sociedade")

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PONTO 6 DA ORDEM DE TRABALHOS:

(Deliberar sobre a aquisição e alienação de ações próprias)

Considerando que:

A) Se revela conveniente que a Sociedade continue a dispor, nos termos gerais e em conformidade com as disposições legais aplicáveis, das possibilidades inerentes a operações de aquisição e de alienação de ações próprias;

B) Semelhante interesse existe também no que diz respeito às sociedades suas dependentes;

C) Se encontra em vigor o Plano de Atribuição de Ações ou Opções da Sociedade, assim como o respetivo Regulamento, aprovado na reunião da Assembleia Geral Anual de 19 de Abril de 2010;

D) Em cumprimento do disposto nos Artigos 319.º e 320.º do CSC e no Artigo 8.º dos Estatutos da Sociedade, a aquisição e alienação de ações próprias está sujeita a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas;

E) Que se mostra conveniente, ainda que fora do contexto de um programa de recompra de ações próprias, cumprir as boas práticas recomendadas no Regulamento (CE) 2273/2003 da Comissão, de 22 de Dezembro de 2003;

Propõe-se que seja deliberado:

1. Aprovar a aquisição pela Sociedade, ou por quaisquer sociedades suas dependentes, de ações próprias, incluindo direitos à sua aquisição ou atribuição, sujeita a decisão do órgão de administração da sociedade adquirente e nos termos seguintes:



- a) Número máximo de ações a adquirir: até ao limite correspondente a 10% do capital social da Sociedade, deduzidas as alienações efetuadas, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do art. 317.º do Código das Sociedades Comerciais;
- b) Prazo durante o qual a aquisição pode ser efetuada: nos dezoito meses subsequentes à data da presente deliberação;
- c) Formas de aquisição: com sujeição aos termos e limites imperativamente estabelecidos por lei, a aquisição de ações ou direitos de aquisição ou atribuição de ações será feita a título oneroso, em qualquer modalidade, em mercado regulamentado ou fora de mercado regulamentado, por proposta negocial ou oferta ao público, com respeito pelo princípio da igualdade dos acionistas nos termos legalmente previstos, designadamente a instituição financeira com a qual a Sociedade haja celebrado contrato de *equity swap* ou outros instrumentos financeiros derivados similares; ou aquisição a qualquer título para cumprimento de obrigação decorrente de lei ou contrato, conversão ou troca de valores mobiliários convertíveis, ou permutáveis emitidos pela Sociedade ou sociedade sua dependente nos termos das respetivas condições de emissão ou de contratos celebrados em conexão com a referida conversão ou permuta;
- d) Contrapartida mínima e máxima das aquisições: o preço de aquisição onerosa deverá (i) estar compreendido num intervalo de 15%, para menos ou para mais, relativamente à cotação mais baixa das ações da Sociedade no *Eurolist by Euronext Lisbon*, durante as 3 sessões de bolsa imediatamente anteriores à data de aquisição ou à constituição do direito de aquisição ou atribuição de ações; ou corresponder ao preço: (ii) de aquisição resultante de instrumentos financeiros contratados; (iii) resultante dos termos de emissão pela Sociedade ou sociedade sua dependente de valores mobiliários convertíveis em ou permutáveis por ações da Sociedade; ou (iv) de contratos celebrados com relação a tais conversões ou permutas;
- e) Momento da aquisição: a determinar livremente pelo Conselho de Administração da Sociedade durante o período de vigência da presente deliberação, tendo em especial consideração a situação do mercado de valores mobiliários e a conveniência ou as obrigações da sociedade adquirente, efetuando-se por uma ou mais vezes nas proporções que o Conselho de Administração livremente fixar.



2. Aprovar a alienação pela Sociedade de ações próprias que hajam sido adquiridas, sujeita a decisão do órgão de administração da sociedade alienante, nos seguintes termos:

a) Número mínimo de ações a alienar: o correspondente ao lote mínimo que, no momento da alienação, estiver legalmente fixado para as ações da Sociedade ou a quantidade inferior suficiente para cumprir obrigações assumidas pela Sociedade ou por sociedade sua dependente, resultantes de lei, contrato ou emissão de outros valores mobiliários;

b) Prazo durante o qual a alienação pode ser efetuada: nos dezoito meses subsequentes à data da presente deliberação;

c) Modalidade de alienação: a alienação de ações ou direitos de alienação de ações será feita a título oneroso, em qualquer modalidade, em mercado regulamentado ou fora de mercado regulamentado, por proposta negocial ou oferta ao público, com respeito pelo princípio da igualdade dos acionistas nos termos legalmente previstos, designadamente a instituição financeira com a qual a Sociedade haja celebrado contrato de *equity swap* ou outros instrumentos financeiros derivados similares; ou alienação a qualquer título para cumprimento de obrigação decorrente de lei ou contrato, conversão ou troca de valores mobiliários convertíveis, ou permutáveis emitidos pela Sociedade ou sociedade sua dependente nos termos das respetivas condições de emissão ou de contratos celebrados em conexão com a referida conversão ou permuta;

d) Preço mínimo: contrapartida não inferior em mais de 15% da cotação média no *Eurolist by Euronext Lisbon* das ações a alienar durante as 3 sessões de mercado regulamentado imediatamente anteriores à alienação, ou preço que estiver fixado ou resultar dos termos e condições de emissão de outros valores mobiliários, designadamente valores mobiliários convertíveis ou permutáveis, ou de contrato celebrado com relação a tal emissão, conversão ou permuta, quando se trate de alienação dela decorrente;

e) Momento da alienação: a determinar livremente pelo Conselho de Administração da Sociedade durante o período de vigência da presente deliberação, tendo em especial consideração a situação do mercado de valores mobiliários e a conveniência ou as obrigações da sociedade alienante, efetuando-se por uma ou mais vezes, nas proporções que o Conselho de Administração livremente fixar.

3. Aprovar que se transmita de forma indicativa ao Conselho de Administração que, sem prejuízo da sua liberdade de decisão e atuação no quadro das deliberações dos números 1 e 2 supra, tenha em consideração, em função das circunstâncias que considere relevantes face à aquisição em concreto e sem prejuízo do cumprimento das disposições legais previstas no Código dos Valores Mobiliários e na regulamentação da CMVM, as seguintes práticas relativas à aquisição e alienação de ações próprias ao abrigo das autorizações concedidas nos termos dos números anteriores:

- a) Manutenção de registo de cada operação realizada no âmbito das autorizações precedentes;
- b) Divulgação pública das operações realizadas, o mais tardar até ao final do sétimo dia da sessão de negociação subsequente à data de execução dessas operações;
- c) Execução das operações em condições de tempo, modo e volume que não perturbem o regular funcionamento do mercado, devendo nomeadamente evitar a sua execução em momentos sensíveis da negociação, em especial, na abertura e fecho da sessão, em momentos de perturbação do mercado e em momentos próximos à divulgação de informação privilegiada ou de divulgação de resultados;
- d) Realização das aquisições a preço não superior ao mais elevado de entre o da última operação independente e o da oferta independente de maior montante ao tempo da aquisição no *Eurolist by Euronext Lisbon*;
- e) Caso as aquisições sejam feitas através de instrumentos derivados, o preço de exercício destes últimos não deve ser superior ao mais elevado de entre o da última operação independente e o da atual oferta independente de maior montante;
- f) Limitação das aquisições a 25% do volume diário médio de negociação, ou a 50% desse volume mediante comunicação à autoridade competente e divulgação ao mercado;

Lisboa, 26 de março de 2012

O Conselho de Administração